



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATA DA 63ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ

Aprovada na 22ª R.E. CERHI-RJ, em 16.09.2015

Aos vinte e quatro dias do mês de junho ano de dois mil e quinze, no auditório do INEA, na Av. Venezuela nº 110, 6º andar, Centro, RJ, com início previsto para às 13:30h, realizou-se a 63ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI-RJ, contando com a presença dos senhores **membros titulares:** Rachel B. Prado (Embrapa Solos), Lívia Soalheiro (INEA), Eliane P. Barbosa (Inea), Carlos da Costa e Silva Filho (PGE), Marina Fernandez Bez (FIPERJ), Marcos Antônio M. Pacheco (Prefeitura de São João da Barra - Substituto), Daniela V. Vasconcelos (Prefeitura de Volta Redonda - Substituta), Leandro Q. Peixoto (Prefeitura de São Fidélis), Flávia Lanari (Apalma), Alexandre Carlos Braga (CBH Baía de Guanabara); Ediel Caldas dos Santos (Rede Ecológica Greenbelt), Marcos S. Lacerda (Instituto Terrazul), José Paulo Soares de Azevedo (UFRJ), João Gomes de Siqueira (UENF), José Alfredo C. Sertã (ABES-RJ), Dalva Mansur (CBH LSJ), Vera Lúcia Teixeira (CBH MPSul), Yasmin Gonçalves Ferreira (CEDAE - substituto), Jorge Vicente Peron (FIRJAN), Pamela Ferreira dos Reis (Instituto Aço Brasil), Barbara C. F. M. Pithon (Eletronuclear), Leopoldo Carriello Erthal (FAERJ); **membros suplentes:** José Edson Falcão de Farias Júnior (SEA), Vera Martins (ACAMPAR), Alexandre De Bonis (CBH BG), Affonso Henrique de Albuquerque Junior (CBH Macaé e das Ostras), Maria Aparecida B. Pimentel (ENERGISA); **ausências justificadas:** Antônio Da Hora (SEA), Moema Versiani (INEA), Marie Ikemoto (INEA), Elisa Bento (DRM), Zacarias Albuquerque (Prefeitura de Campos dos Goytacazes), José Edmundo Victor (Prefeitura de Bom Jesus de Itabapoana), David Michel Miller (Associação de Moradores da Granja Guarani), Gerson Cardoso (ABAS), Cláudia Barros Afonso e Silva (Saneamento Ambiental Águas do Brasil), Cláudio César Boscov Graffunder (Cia Siderúrgica Nacional), Zenilson Amaral Coutinho (ASFLUCAN), José do Amaral Ribeiro (Sindicato Rural de Campos); **ausências:** Humberto Dias Souza (Prefeitura de Barra do Piraí), José Miguel da Silva (APEDEMA), Antônio Linhares Sobrinho (Apedema-RJ), Teresa Priscila D. Gomes (Instituto Ipanema), Roberto Machado de Oliveira (Instituto Interdisciplinar Rio Carioca), Maurício Fernandes (O nosso vale! A nossa vida!), Sidney Salgado dos Santos (CBH Baixo Paraíba do Sul), Keila Ferreira (Prolagos), José Gomes Barbosa Júnior (LIGHT), Osvaldo de Freitas Borges (EDF-NF), Vinicius Crespo (Fecomercio), Joana N. Siqueira (APROMEP); **convidados:** Flávio Simões (DIGAT/INEA), Bruno Swlhmacher (GDEPS – Grupo de Defesa Ecológica P. Semente), Pamela A. da C. Silva (FFCBH), Daniela Souza Silva (APPACTS) e Márcio Nascimento (APPACTS). Esta reunião teve a seguinte pauta: **1.** Aprovação da pauta; **2.** Aprovação da minuta da ata da 62ª R.O. CERHI-RJ de 29/04/2015; **3.** Minuta Resolução CERHI-RJ que aprova a aplicação de recursos financeiros do Fundrhi da subconta do Comitê Macaé e das Ostras para educação ambiental (Ref. à Res. CBH Macaé e das Ostras nº 31/2012); **4.** Minuta Resolução CERHI-RJ que aprova a aplicação de recursos financeiros do Fundrhi da subconta do Comitê Baía de Guanabara para ajuda de custo dos membros indicados pelo comitê em eventos oficiais (Ref. à Res. CBH BG nº 21/2015); **5.** Aprovação calendário de reuniões conjuntas com o CONEMA; **6.** Apresentação da tabela de frequência; **7.** Assuntos Gerais. Após verificação de quórum, o Sr. Décio Tubbs Filho deu início a reunião às 14:10h. **1º item: Aprovação da pauta.** Aprovada por unanimidade. **2º item: Aprovação da minuta da ata da 62ª R.O. CERHI-RJ de 29/04/2015.** A Sra. Eliane Barbosa informou que houve um erro na minuta da ata e que o documento será revisado e enviado para todos até dia 29/06, para que possam realizar a leitura e enviar suas contribuições. Após junção das informações recebidas, o

documento será considerado aprovado via e-mail. **3º item:** Minuta Resolução CERHI-RJ que aprova a aplicação de recursos financeiros do Fundrhi da subconta do Comitê Macaé e das Ostras para educação ambiental (Ref. à Res. CBH Macaé e das Ostras nº 31/2012). A Sra. Eliane Barbosa apresentou o item e passou a palavra para o Sr. Affonso Albuquerque que solicitou que representantes da CT-IL e da plenária do CBH Macaé realizassem uma apresentação de no máximo 15 (quinze) minutos sobre um projeto que já deveria ter sido exposto desde 2011. Informou que os parceiros do projeto são: empresários de pousadas/hotéis, Secretaria de Meio Ambiente e o CBH Macaé. Iniciou fazendo um breve histórico, onde comentou que é funcionário da Secretaria de Meio Ambiente de Macaé e integrante da Organização não governamental Grupo de Defesa Ecológica Pequena Semente (GDEPS) com sede no Sana. O 6º Distrito de Macaé foi criado em 1995 com o principal objetivo de realizar atividades em prol da preservação e conservação ambiental da região do Sana. O Projeto “Monitoramento” foi criado no ano de 1995 pelo GDEPS, tem como objetivo a coordenação e a orientação do fluxo turístico nas áreas de visitação dos atrativos naturais da APA do Sana, através da educação ambiental, as atividades visam conscientizar os visitantes acerca da importância da região e do turismo sustentável, além de orientar sobre as normas e regras de visitação, tendo sua metodologia usada até os dias de hoje. Introdução: Monitoramento, educação ambiental e redução ao impacto de visitação do córrego Peito de Pombo no Distrito do Sana. Através de metodologias com estratégias preventivas como um livro de visitante, informações ao turista sobre regras, normas, procedimentos em áreas de risco ambientalmente frágeis e os respectivos locais de lazer com uma linguagem voltada à educação ambiental. Justificativa: Este projeto é de suma importância para a (UC) Unidade de Conservação, pois sua continuação criará uma atmosfera de atividades que vão gerar propostas sustentáveis para a região como um todo, e ademais, é novamente oportuno citar a extrema importância deste corpo hídrico para todo o distrito e consequentemente a Bacia hidrográfica da Região VIII. Conforme estudo da tese de Doutorado-UFRJ em Geografia, (2005/Seabra,Lilia) “Monitoramento participativo do turismo desejável”, uma proposta metodológica para os estudos de capacidade de suporte turístico que estabelece o quantitativo de 400 pessoas/dia. O Plano Plurianual de Investimento da bacia hidrográfica da Região VIII, nos anos de 2014 a 2017, enquadra a educação ambiental como base em qualquer projeto, sendo que este foi considerado de alta prioridade. Objetivo: Parceria com instituições da Prefeitura Municipal de Macaé: a Defesa Civil e Guarda Municipal Ambiental, além de outros tópicos que se adequam nos parâmetros conceituais do CBH, que são: redução ao impacto e degradação ambiental na área; prevenção e cuidados com os corpos Hídricos de todo córrego; educar e sensibilizar o público visitante e moradores locais; e manter a capacidade de suporte de 400 pessoa/dia. Metodologia: A metodologia aplicada é voltada para estabelecer “laços” que reduzem os atritos socioculturais e ambientais na comunidade, auxiliem no disseminar dos princípios ecológicos e ambientalistas, dêem conhecimento sobre a APA do Sana e suas riquezas naturais, proporcionem um atendimento ao visitante estabelecendo normas e restrições, bem como segurança e receptividade nas Cachoeiras do Vale do Peito do Pombo, um dos principais pontos turísticos de Macaé. O Sr. Márcio Nascimento, que faz parte do segmento ambiental da região, esclareceu que na bacia hidrográfica do córrego Peito do Pombo a partir deste ano passou a ser manancial de abastecimento para consumo humano. Explicou que por necessidade de abastecimento de água foi feita uma captação bruta dessa bacia hidrográfica, e que é muito relevante dentro da bacia do rio Macaé porque é uma região de afloramento de águas subterrâneas que vem à tona e se tornam o escoamento superficial. Esta bacia, em sua opinião, é a principal parte de desenvolvimento econômico da região, por isso querem a proteção desta bacia e já defendem este projeto desde 1993 juntamente com os empresários locais. O Sr. José Paulo pediu a palavra e falou que não cabe no CERHI-RJ em cada projeto que entre nas Resoluções dos CBHs seja apresentado em Plenária, uma vez que estas resoluções já foram analisadas e aprovadas nas CTs do CERHI-RJ. Ressaltou que o Conselho tem muitos assuntos para discutir, que não tem como entrar em tantos detalhes. Então a apresentação foi interrompida, tendo em vista a necessidade de concluir todos os itens previstos na pauta e da não necessidade de se

aprofundar nos detalhes deste projeto neste momento, a Sra. Eliane Barbosa agradeceu a presença de todos, pediu que a apresentação fosse disponibilizada e passou para a aprovação da minuta de resolução CERHI-RJ. O Sr. Décio Tubbs comentou também que não foi informado de que haveria uma apresentação neste item, mas que apesar de ser um trabalho muito bonito e interessante em educação ambiental não há tempo hábil para este detalhamento na 63ª R.O. CERHI-RJ. Foi pedido que em uma próxima vez fosse informado com antecedência para que seja incluído na pauta, já que as pautas são sempre extensas. Por fim a minuta de resolução CERHI-RJ, onde a Sra. Eliane Barbosa sugeriu incluir no artigo 1º uma referência do programa de educação pelo qual o comitê aprovou. A Srta. Livia Soalheiro informou que os recursos só são liberados quando um ofício é enviado para a GEAGUA/DIGAT fazendo referência ao plano de bacia. Explicou, ainda, que no caso do CBH Macaé especificamente, existiu um recurso que não se sabe o porquê, não entrou no PAP, que são esses R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), e por isso que entrou de forma pontual para ser aprovada na Plenária. A Srta. Livia Soalheiro esperou que os representantes do CBH Macaé comunicassem isso, mas como não houve tal esclarecimento, a Coordenadora da CT-IL informou a todos. Falou, também, que em regra os Comitês apresentam ao Conselho seus PAPs, para que possa ser analisado e aprovado, e quem não tem o PAP, apresenta ao CERHI-RJ uma ação pontual, como nesta reunião que existem 02 (dois): CBHs Macaé e BG, que também não tem PAP (Plano de Aplicação Plurianual) aprovado. Posterior as explicações da Srta. Livia Soalheiro, todos ficaram com suas informações niveladas, e dando sequencia ao item, o nome do projeto foi incluído no artigo 1º na minuta de resolução, sendo o documento aprovado por unanimidade. **4º item: Minuta Resolução CERHI-RJ que aprova a aplicação de recursos financeiros do Fundrhi da subconta do Comitê Baía de Guanabara para ajuda de custo dos membros indicados pelo comitê em eventos oficiais (Ref. à Res. CBH BG nº 21/2015).** A Sra. Eliane Barbosa pediu correção no número da resolução do CBH BG, sendo alterada de 21 para 26/2015. Em seguida o Sr. Alexander de Bonis explicou que o CBH BG é um comitê que tem 45 (quarenta e cinco) membros e mais 06 (seis) subcomitês, totalizando 120 (cento e vinte) membros, e que realizam reuniões mensais nos subcomitês e trimestrais do CBH BG. Ressaltou que a intenção do referido Comitê é participar do ECOB, do ENCOB, da ABES e do Simpósio de Recursos Hídricos em 2015, e que os custos solicitados foram calculados com precisão, planejados de forma a não sobrar nem faltar do necessário. O Sr. Ediel Caldas mencionou que foi Diretor do CBH BG entre os anos de 2012/2015, bem como afirmou que esta resolução é de sua autoria, e que foi proposta no período supracitado, e, citou os nomes de alguns membros do CBH BG presentes na Plenária da 63ª R.O. CERHI-RJ, que na época, acompanharam o desfecho da referida resolução. Mencionou, outrossim, que, em princípio, na época, houve resistência quanto a possibilidade de fornecer a ajuda de custo nos eventos oficiais, com isso perguntou ao Sr. Alexandre de Bonis, apenas a título de esclarecimento, o que se entende por eventos oficiais. O Diretor do CBH BG informou que são todos os eventos definidos pelas Plenárias dos Comitês e Subcomitês. A Sra. Eliane Barbosa lembrou que esta resolução está passando pelo CERHI-RJ nesta data pelo mesmo motivo da Resolução do CBH Macaé, pois o PAP ainda não está aprovado, caso contrário não seria necessário. A Sra. Rachel Prado pediu esclarecimentos com relação à quantidade de participantes que terão direito de usufruir, e foi informado que todos estes dados encontram-se na resolução do CBH enviada anexa a pauta. Em seguida foi aprovada por unanimidade. **5º item: Aprovação calendário de reuniões conjuntas com o CONEMA.** A Sra. Eliane Barbosa lembrou que foi feita uma proposta para realizar reuniões conjuntas entre o Conselho Estadual de Meio Ambiente e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos para que possam trocar informações. Será um avanço de fundamental importância para uma política adequada. Foi encaminhada uma proposta ao secretário executivo do CONEMA, Sr. Maurício Couto, para realizar estas reuniões entre as reuniões ordinárias do CONEMA, e as sugestões de datas para as R.E.s CERHI-RJ/CONEMA foram: 21/07, 15/09 e 17/11/2015. Informou que o CONEMA tem uma proposta diferente do CERHI-RJ, sendo somente deliberativo e que os assuntos quando entram nas plenárias já foram analisados pelas CTs, por isso quando o CERHI-RJ for indicar algum assunto para a pauta destas reuniões deverá ser uma questão importante, já bem discutida/detalhada/aprovada no CERHI-

RJ e que esteja no contexto do meio ambiente. O Sr. José Paulo (Coordenador da CT-IG) se propôs a elaborar durante as reuniões da CT-IG uma relação de assuntos interessantes aos 02 (dois) Conselhos. O Sr. Décio Tubbs informou que se não for possível realizar reunião conjunta das 03 (três) CTs no dia 16/09, que pelo menos os coordenadores conversem e cada Câmara Técnica envie sua sugestão, pois os assuntos para a reunião com o CONEMA não podem ter uma discussão prolongada, deve ser objetiva, pois a reunião tem duração de 1h e 40 minutos. Em seguida a proposta foi aprovada por unanimidade. **6º item: Apresentação da tabela de frequência.** A Sra. Eliane Barbosa explicou que conversou com o Sr. Décio Tubbs sobre a participação nas reuniões do Conselho e por isso este item foi colocado na pauta. Lembrou que no período de eleição dos membros para o biênio foi manifestada a vontade de ocupar uma vaga no plenário, tendo inclusive uma suplência para substituições necessárias, e que não é correto existir ausência frequente de membros, pois isso não traz nenhuma produção para o Conselho. Passou então a palavra para a Srta. Livia Soalheiro que informou que além deste fato, existem algumas instituições que estão pedindo para fazer parte do Conselho, mas informamos que em alguns setores não tem vaga. Porém fizemos um levantamento da frequência dos membros e percebemos que instituições inscritas para o biênio 2014-2016 não têm comparecido as reuniões. Este assunto foi trazido nesta reunião para que seja avaliada, com base no regimento, para que uma decisão seja tomada junto com o plenário presente. Existem algumas opções para primeiro passo, como: 1) a secretaria executiva do CERHI-RJ enviar um ofício para as instituições avisando das faltas e perguntando se ainda há interesse em continuar a participar, dando nova oportunidade; ou 2) oficiar dizendo que tal instituição será desligada do plenário do Conselho em função das várias faltas. Em seguida, houve uma longa discussão sobre este assunto entre os membros presentes, onde alguns contestaram o levantamento realizado, baseado no telemarketing e confirmado pelas listas de presenças assinadas durante as reuniões ordinárias e extraordinárias. Alguns membros informaram ter problemas devido à falta de suplência de sua entidade ou a falta de contato entre titular e suplente e por isso não há como substituí-los em suas ausências. Após a Srta. Livia Soalheiro apresentar o quadro que utilizou como base as ausências não justificadas das reuniões de 2014 e 2015, a contar da eleição para o biênio 2014-2016, e ler o regimento interno em vigor, foi decidido que a justificativa de ausência tem que ser enviada (e-mail ou documento físico) antes do início da reunião. Após a revisão do Regimento Interno, essas justificativas passarão pelo plenário e serão aprovadas sempre junto com a aprovação da pauta, em casa reunião. As entidades com faltas foram: Embrapa Solo (2), DRM (3), FIPERJ (1), São João da Barra (1), Prefeitura de Volta Redonda (1), Barra do Piraí (2), São Fidelis (1), Bom Jesus de Itabapoana (6), Apedema (3), Acampar (3), Apalma (3), Instituto Ipanema (4), Nosso Vale Nossa Vida (8), ABAS (2); CBH BG (1), CBH Baixo Paraíba do Sul (2), CEDAE (1), Prolagos Concessionária de Serv. Público de Água e Esgoto (1), Saneamento Ambiental Águas do Brasil S/A (2), FIRJAN (1), Instituto Aço Brasil (3), Light (3), Energisa (3), EDF – NF (1), Apromez (7), FAERJ (2) e Sindicato Rural de Campos (1). O Sr. José Paulo acha necessário que as vagas disponíveis sejam ocupadas pelos interessados. O Sr. João Gomes de Siqueira comentou que a representante da Apromez (Joana Siqueira) é muito atuante e não vem porque tem o suplente da Asflucan (Zenilson Coutinho), que participa de todas, e deve achar que quando o titular comparece o suplente não precisa participar. Por solicitação da Secretária Executiva do CERHI-RJ, o Sr. Alfredo Sertão expressou sua opinião e esclareceu a todos que a ausência é do titular ou do suplente, mas que isso não quer dizer que o suplente tenha a obrigação de estar presente em todas as reuniões juntamente com o titular não. O que considera indispensável, e que pode dar como testemunho como uma atividade muito frutuosa da ABES com a ABRH durante muitos anos, é que sempre houvesse presença do titular ou suplente, apesar de que seja desejável que ambos participem sempre. No entanto é imperativo que a interação entre os dois seja permanente, pois caso a suplência não participe com frequência, no dia que for ficará fora do contexto, mas obrigatoriedade quando o titular estiver presente realmente não há. Agora, quando houver uma reunião em que não tiver a presença do titular nem do suplente, aquela entidade estará prejudicada, pois não terá havido comunicação entre titular e suplente. Então a Srta. Livia Soalheiro sugeriu que a partir de agora passe a contar as ausências em função das faltas de

acordo com a vaga e não da titularidade ou suplência. A Sra. Eliane Barbosa considera necessário ter uma maior rigidez para as ausências justificadas propositais. Alguns membros discordaram do quadro apresentado, mas a Srta. Livia Soalheiro explicou que o documento foi elaborado baseado em todas as planilhas, e-mails/telefonemas de justificativas e listas assinadas. Destacou ainda a importância de todos assinarem sempre as listas de presença das reuniões, pois só será computada a participação se estiver registrado neste documento. Informou que, caso necessário, poderá ser enviado para todos os membros que tiveram faltas, e que o processo de controle de frequência com a cópia de todas as listas de presença anexas está sempre presente nas reuniões das CTs e do CERHI-RJ. O Sr. José Paulo sugeriu que o titular e suplente entrem em contato para ver qual dos dois participará da reunião, e que um comunicado seja enviado à secretaria executiva do CERHI-RJ para que a ausência justificada seja devidamente registrada. A Sra. Rachel B. Prado comentou que na Embrapa Solos, em função do objetivo final que é ter quórum nas reuniões, titular e suplente comunicam-se para que sempre um participe, e que só cabe justificativa quando ambos não podem comparecer. Após a apresentação do quadro de faltas da Srta. Livia Soalheiro, a secretária executiva do CERHI-RJ finalizou ressaltando que foi feita apenas uma apresentação para servir de alerta e incentivo a maior participação.

7º item: Assuntos Gerais. Informes: 1) A Sra. Eliane Barbosa informou à todos de que foi enviado um convite para o Encontro Técnico-Empresarial Hispano-Brasileiro sobre a Gestão de Recursos Hídricos. O encontro abrange 03 (três) âmbitos: 1) O das Administrações Públicas como orientadoras e responsáveis das Políticas públicas sobre a gestão de recursos hídricos; 2) O do Conhecimento, com a participação de Universidades e Centros de Pesquisa de reconhecido prestígio; e 3) O das Empresas, enquanto motor da economia dos países. Será realizado no dia 25/06 no anexo do Palácio Guanabara, das 09:00 às 18:00h. Em seguida, o Sr. José Paulo comentou que esta delegação Espanhola, como a própria delegação de São Francisco e algumas outras, fizeram evento em São Paulo sobre crise hídrica;

2) O Sr. José Paulo informou que coordena a rede do Brasil sobre vazão ambiental que envolve Rio Grande do Sul, Bahia, Alagoas e outras (5 universidades no total) e sugeriu levar este assunto para a CT-IG/CERHI-RJ, para também saber o que o INEA pensa sobre isso, mas que não entraria na reunião conjunta com o CONEMA, somente depois de ser bem analisado e concluído;

3) O representante do CBH Rio dois Rios informou que surgiu uma proposta na última reunião do CBH Rio Dois Rios para formarem núcleos urbanos em zonas rurais, sendo uma demanda do interior e não da região metropolitana. Nos Comitês existem núcleos urbanos em áreas rurais, mas que às vezes não corresponde a fazer saneamento na área urbana em torno dos parques estaduais. Foi comentado nesta reunião de uma limitação feita no CERHI-RJ sobre percentual de recurso. A ideia é encaminhar uma proposta para a câmara técnica e talvez através de uma parceria com o FECAM aplicar recursos do Comitê neste projeto. A Sra. Eliane Barbosa comentou que é uma questão muito importante e seria ideal para uma reunião conjunta entre as câmaras técnicas do CERHI-RJ e do CONEMA. O Sr. Alfredo Sertã sugeriu selecionar alguns membros das CTs do CERHI-RJ e CONEMA para verificar a questão da lei do saneamento (70%) que tem expressões muito rígidas, pois na CT-IL já nasceu tal inquietação de mudança nesta questão do saneamento nas áreas rurais, mas que já são urbanizadas, porém a CTIL não teve tempo hábil para dar continuidade em tal discussão. A ideia da junção das CTs, através de um GT, seria para focar numa solução que em sua percepção teria que passar por um adendo legal, já que tem a disposição dos 70% (setenta por cento), que tem expressões muito rígidas. A Sra. Eliane Barbosa sugeriu, posteriormente, ainda levar para o Conselho Nacional, pois outros Estados podem ter discutido e avançado nisso internamente, ou que talvez possa ter um problema semelhante. O Sr. José Gomes Siqueira acha muito pertinente esta revisão sobre esgotamento rural (70%) e tratamento de esgoto para que seja melhor distribuído, e informou que está começando um novo período de seca no baixo paraíba do sul com vazão mínima. Falou que já foi realizado um estudo pela COHIDRO e pediu que o CERHI-RJ ficasse atendo porque São Fidelis, Campos e São João da Barra terão problemas de captação de água. Serão construídos 02 (dois) postos artesianos em São Fidelis de forma emergencial, mas esta não é uma solução esperada para o rio Paraíba do Sul. A solução seria uma revitalização de evasão no nível do Paraíba para que possa ter em São João

da Barra uma vazão mínima que suporte as condições híbridas do rio. Caso seja necessário, está à disposição para atualização das informações, pois acha que a crise hídrica será pior do que em 2014. A Sra. Rachel Prado reafirmou a questão do tema do saneamento rural, pois a Embrapa se envolve em pesquisas no meio rural, em especial com a qualidade da água, e em grande parte é pelos nutrientes providos dos núcleos urbanos no meio rural. Considera importante que esta questão seja revista com atenção, juntamente com as fontes pontuais e difusas de perda de solos no meio rural, inclusive o PSA tem contribuído bastante. Comentou que a Embrapa tem tecnologia de tratamento de esgoto de baixo custo que podem mitigar estas questões, e que o rio Rural já está utilizando. O Sr. Affonso Albuquerque informou que o CERHI-RJ aprovou uma resolução que dava uma abertura para utilizar 5% dos 70% na área rural e isso possibilitou o projeto do Banco Mundial e Rural no Noroeste; **4)** A Sra. Vera Lúcia Teixeira informou que foi chamada no Ministério Público Federal para discutir a questão de Tocos, juntamente com o ANA, Light, INEA (não compareceu), Prefeitura de Rio Claro e Comitê, e um dos grandes impactos na região do rio Piraí é o esgotamento rural. Comunicou que um dos itens que será cobrado do INEA será a realização de estudo técnica referente ao trecho do rio Piraí e as necessidades de estipular uma vazão ecológica. Falou, ainda, que já foi solicitado a ANA, e o André Marques (AGEVAP) se comprometeu a ajudar esta Agência. Quanto a Light será o Ministério Público Federal que cobrará a adoção de medidas que garantam uma vazão mínima no trecho do rio Piraí, se for necessário. Já com relação à Prefeitura, o Ministério Público cobrará que este garanta o abastecimento das comunidades em água e qualidade. Explicou que isto foi uma denúncia feita e que, por solicitação do Procurador, participou de uma visita técnica e a situação do referido rio é chocante, que, segundo ela, o rio secou/morreu e agora é puro esgoto. Explicou que a ANA já fez uma nota técnica sobre isso, o CEIVAP elaborou uma proposta de Resolução e o CBH Guandu enviou a resposta solicitada. A Sra. Vera Lúcia Teixeira gostaria de ter uma reunião com o Secretário do Ambiente, André Correa, para debater essas questões junto com a CT-IL e CT-IG, pois entende que o CERHI-RJ tem que interferir nesta zona de conforto do CBH Guandu porque está desconfortável para os CBHs BPSI e MPS; **5)** O Sr. Affonso Albuquerque informou que o ECOB estará com suas inscrições abertas a partir do dia 25/09/2015 no site www.forumfluminensecbh.eco.br; **6)** O Sr. José Paulo comentou que na Oficina do Piabanha nos dias 05 e 06/06/2015 ficou evidente que no Plano de Ações tinha R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para ações de saneamento e R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para o restante, e acha que isso não faz sentido porque a missão do Comitê e do CERHI-RJ é articular os diversos atores para ter uma boa gestão da qualidade/quantidade. Acha que é necessário sim rever com critérios a lei que é do Estado do Rio de Janeiro. Comentou que poderia aumentar a cobrança para ter recurso do governo federal ou do município, destinados a fazer o saneamento. Acha que não é atribuição deste Conselho, que foi colocada uma carga grande no Comitê, e que carimba um percentual muito alto nos Comitês, tirando a autonomia da Lei. O que foi sugerido fazer no CBH Piabanha, enquanto a Lei não é alterada, é ao destinar essas verbas ao município, fazer um convênio que ajude com informações de licenciamento. Ressaltou que não faz sentido nesta política Federal e Estadual, desde 1997, ter esta restrição/imposição. A Sra. Eliane Barbosa finalizou dizendo que considera muito importante este assunto, que é recorrente, e que caberia criar um grupo de trabalho para aprofundar nesta discussão, pois seria necessário revisar a Lei e não deixar brecha, pois tem suas complicações. A Sra. Maria Aparecida Vargas lembrou que é possível resgatar o exemplo do CEIVAP, que amarrava todos os projetos de saneamento na percentagem (5, 10%...), mas que fica dentro do saneamento, sendo uma forma de se adequar ao que está na lei vigente. Acha, também, que enquanto não é o momento, podem-se encontrar outros caminhos satisfatórios dentro da Lei. O Sr. Marcos Lacerda lembrou que há tempos comenta-se do porque não existir dentro do CERHI-RJ uma câmara técnica voltada para educação ambiental, comunicação e mobilização. Na reunião do Fórum Fluminense, na parte da manhã, comentou-se sobre o encontro setorial da Juventude que busca trazer os jovens para participar destes fóruns de discussão fora e dentro dos Comitês. Um dos pontos colocados foi saber como estes jovens participam dessas discussões. Foi informado que em uma reunião do CTEM, foi levantada a

ideia de incluir nos Regimentos Internos para que as entidades indicassem 03 (três) representantes (1 titular e 2 suplentes, sendo 1 suplente jovem). Explicou que efetivamente estaria dentro da estrutura indicada representando aquela entidade (poder público, sociedade civil ou usuário) e que foram incluídos dentro do espaço, podendo fomentar processos de discussão. A Sra. Eliane Barbosa informou que no CNRH acontece isso, e que hoje em dia existem 02 (duas) suplências, dando então a oportunidade dos 23 (vinte e três) Estados estarem presentes pelo número de vagas, e estará presente na próxima reunião ordinária no dia 29/06. O Sr. Marcos Lacerda finalizou esclarecendo que colocou este assunto para que se possa começar a amadurecer estas duas questões: 1) Não seria o momento de criar a CTEM (câmara técnica de educação, capacitação, mobilização social e informação em recursos hídricos) no CERHI-RJ? Já que está sendo tão discutido escassez hídrica e estratégia de comunicação/formação/capacitação e renovação e ampliação do quadro, mas que não existe um espaço específico para aprofundar no Conselho estas discussões. A Sra. Eliane Barbosa chamou a atenção para o fato de que a área de educação ambiental que pertencia a Diretoria de Águas e Território passará a fazer parte da nova Diretoria Sócio Ambiental, que será criada com a mudança do Regimento Interno/Decreto do INEA, onde todas as questões sociais estarão contempladas, inclusive questões de Projetos como Minha Casa Minha Vida, e não somente a educação ambiental nas escolas, em comunidades ou unidades de conservação. Estará indo mais além do que a educação ambiental como ciência, será uma relação com a sociedade e muitas vezes se encaixando nas questões dos projetos já desenvolvidos e como isso impacta na sociedade. Ainda não se sabe qual será o formato desta nova diretoria, mas seria possível que esta questão seja em breve conversada. O Sr. José Paulo sugeriu que seja criado um grupo de trabalho para evoluir este assunto. Em seguida destacamos o principal questionamento e encaminhamento desta reunião. **Questionamentos:** O Sr. Leopoldo Carrielo Erthal sugeriu que o GT PSA seja reativado, tendo em vista que a última reunião deste grupo foi há um ano. Lembrou que existe o decreto estadual que delega ao CERHI-RJ a obrigatoriedade de conduzir esta política, e a Sra. Eliane Barbosa informou que este grupo já está sendo reativado com a Coordenação da Sra. Marie Ikemoto, sendo a convocação da próxima reunião (agosto) enviada em breve aos novos membros deste GT. O Sr. José Paulo comentou que esta foi também uma sugestão dos membros da CT-IG. O Sr. Décio Tubbs sugeriu que a Sra. Marie Ikemoto envie um e-mail para todos os membros com um pequeno histórico do que já foi feito até hoje e assim quando houver a próxima reunião economizará tempo alinhando tais informações para todos. **Encaminhamento:** O Sr. José Paulo sugeriu que criar uma rede para permitir uma maior participação dos membros que moram longe da sede do INEA, isto é, utilizar sites inteligentes ou videoconferência. A Sra. Eliane Barbosa achou interessante e sugeriu realizar uma apresentação deste projeto, seria um pequeno teste na próxima reunião ordinária do Conselho para ver como funciona. Posteriormente poderia, como uma experiência, iniciar este processo nas CTs e se der certo depois implantar nas plenárias, apesar de vários membros acharem bem mais interessante realizar as reuniões com as pessoas presentes. O Sr. Affonso Albuquerque informou que no site do CBH Macaé e do Fórum Fluminense já tem condição de realizar este tipo de serviço, mas teme pelo esvaziamento nas reuniões presenciais. O Sr. Leopoldo Erthal acha que deve ser obrigatória à presença de titular ou suplente e continuar a participar de forma presencial, porém isso facilitará a participação para alguns conselheiros que residem em outras cidades nas discussões das reuniões. O Sr. José Paulo sugeriu que só tenha acesso quem estiver fora da região metropolitana, e os demais participariam pessoalmente. Ficou decidido que o Sr. Marcos Lacerda realizará esta apresentação em uma próxima reunião ordinária, e, dependendo da pauta, talvez possa ser na 64ª R.O. CERHI-RJ, em 19/08/2015. A Sra. Elisa Barbosa ressaltou que não seria uma deliberação e sim uma apresentação para conhecimento de todos. E nada mais havendo a tratar, o presidente do CERHI-RJ, os Srs. Décio Tubbs e Eliane Barbosa agradeceram a presença de todos e declararam encerrada a 63ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, às 17:20h.

376

377

378

Décio Tubbs Filho
Presidente CERHI-RJ

Eliane P. Barbosa
Secretária Executiva CERHI-RJ

Apno. - 10.08.2015